



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2022 VALLE SHOPPING AMARGOSA/BA.

Que entre si celebram, de um lado o **SALES E FILHOS PARTICIPACOES LTDA - VALLE SHOPPING**, inscrito no CNPJ sob o Nº 29.946.359/0001-38 e do outro lado o **Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Varejo e Atacado da Cidade de Amargosa - Bahia, SINTRACAM**, CNPJ Nº 06.173.412/0001-00, representados neste ato pelos seus Diretores Presidentes, devidamente autorizados por suas Assembleias, mediante as cláusulas adiante expostas, que mutuamente aceitam:

CLÁUSULA 1ª DA ABRANGÊNCIA – O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrange os empregados do Condomínio do Valle Shopping Center, bem como para todos os empregados dos estabelecimentos comerciais integrantes do referido Shopping na cidade de Amargosa – Bahia;

CLÁUSULA 2ª – DO REAJUSTE SALARIAL – A partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2022, o Condomínio do Valle Shopping, bem como os estabelecimentos comerciais integrantes do referido Shopping abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, concederão aos seus empregados que perceberem salário acima do **Piso Salarial**, um reajuste salarial no importe mínimo de **10,18% (dez vírgula dezoito por cento)**, incidente ao seu salário janeiro 2021. As empresas que por liberalidade já praticarem reajuste superior ao aqui concedido, deverão mantê-los respeitando o princípio da irredutibilidade salarial;

CLÁUSULA 3ª – DO PISO SALARIAL – Nenhum empregado do Condomínio do Valle Shopping, bem como os estabelecimentos comerciais integrantes do referido Shopping, convenientes, poderá receber do seu empregador salário inferior ao Piso Salarial estabelecido nesta Cláusula, nos termos a seguir dispostos:

A) Administrador, Encarregado, Supervisor, Inspetor de Atendimento em Shopping Center e demais funções em Shopping Center: **R\$ 1.438,57 (um mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos);**

B) Escriturário, Folguista, Jardineiro, Piscineiro, Porteiro diurno e noturno, Recepcionista, Ascensorista, Vigilante, Agente de Portaria, Garagista: **R\$1.341,04 (um mil trezentos e quarenta e um reais e quatro centavos);**

C) Em conformidade com o quanto preceituado no **Art. 4º da Lei 12.790/2013**, a partir de 1º de janeiro de 2022, fica garantido a todo Comerciante, serviços gerais e demais funções dos estabelecimentos comerciais integrantes do referido Shopping **Piso Salarial no valor de R\$ 1.226,30 (um mil duzentos e vinte e seis reais e trinta centavos).**

PARÁGRAFO ÚNICO – DAS DIFERENÇAS SALARIAIS - Fica assegurado a todos os empregado dos estabelecimentos comerciais integrantes do referido Shopping o direito de perceber as diferenças originárias dos reajustes salariais das **Cláusulas 2ª e 3ª acima**. Fica pactuado também, entre as entidades convenientes que essas diferenças salariais serão pagas em 02 (duas) parcelas iguais e sucessivas nas folhas de pagamento dos meses de março e abril de 2022.



CLÁUSULA 4ª – DO QUEBRA DE CAIXA – A título de Quebra de Caixa, as empresas pagarão mensalmente aos empregados que exercem função de caixa, **10%, (DEZ POR CENTO) sobre o respectivo salário.**

PARÁGRAFO 1º – Os empregados que exercem a função de caixa, ficam isentos de qualquer responsabilidade, na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário.

PARÁGRAFO 2º – Ficam desobrigadas deste pagamento as empresas que não descontarem dos seus empregados as diferenças que ocorrerem no caixa.

PARÁGRAFO 3º - Os vales feitos no caixa por qualquer empregador ou sócios da empresa deverão ser assinados no ato.

CLÁUSULA 5ª – DOS COMISSIONISTAS – Os empregados que recebem salário na base de comissão serão regidos pelos seguintes dispositivos:

A - O comissionado não é responsável pelo inadimplemento dos compradores, não podendo haver qualquer desconto nas comissões, desde que tenham sido cumpridas às normas da empresa;

B - O comissionado terá garantia a percepção, em cada mês, a remuneração mínima equivalente a um Piso Salarial;

C - As empresas facilitarão a cada empregado comissionado, informações sobre o desempenho de suas vendas e comissões;

D - As verbas de férias, décimo terceiro, salário maternidade e indenização trabalhista serão apuradas pelo somatório dos últimos 6 (seis) meses, divididos por 6 (seis);

E - Repouso semanal remunerado será calculado conforme lei;

F - O empregador se obriga a constar no Contracheque, Folha de Pagamento ou Recibo de Pagamento, os valores referentes às comissões percebidas, mensalmente, pelos empregados.

CLÁUSULA 6ª – DA JORNADA DOS EMPREGADOS NO CONDOMÍNIO DO VALLE SHOPPING – A jornada de trabalho do empregado em condomínio será de 08 (oito horas) diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica expressamente admitida a jornada de trabalho de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, nos termos do art. 59-A da CLT, observados ou indenizados o intervalo para repouso e alimentação (intervalo intrajornada).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica acordado que, na jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, somente serão remuneradas como horas extras aquelas efetivamente trabalhadas que excederem a 180 (cento e oitenta) horas mensais. As horas extras do empregado em condomínio



serão remuneradas com acréscimo do adicional de **50%**, (Cinquenta por cento), sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica acordado que, o intervalo para repouso e alimentação do empregado em Condomínio é de no mínimo 01h e no máximo 02h. A concessão de horário para repouso e alimentação na forma desta cláusula independente da extensão, não desnatura a jornada de trabalho da categoria (12x36).

PARÁGRAFO QUARTO: A remuneração mensal pactuada pela jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso já abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado. Quanto ao labor ocorrido nos feriados, resta pactuado que haverá o pagamento de 100% das horas de trabalho no dia do feriado, independentemente da escala do empregado, não existindo feriado vedado o trabalho.

CLÁUSULA 7ª – DA JORNADA DOS COMERCÍARIOS – A luz do quanto estabelecido na lei 12.790 de 2013, a jornada normal do trabalhador comerciário que labora nos estabelecimentos comerciais integrantes do referido Shopping, abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, é de 8h00 diária e de 44h00 semanais.

PARÁGRAFO 1º - DA HORA EXTRA – As horas extras do comerciário serão remuneradas com acréscimo do adicional de **50%**, (Cinquenta por cento), sobre o valor da hora normal, sendo obrigatoriamente em espécie.

PARÁGRAFO 2º - Resta pactuada a possibilidade dos estabelecimentos comerciais integrantes do Condomínio do Valle Shopping, adotarem o turno ininterrupto de revezamento, bem como turnos alternados de trabalho, respeitando a jornada máxima de trabalho semanal de 44h.

CLÁUSULA 8ª – DO TRABALHO DO COMERCÍARIO (A) AOS FERIADOS – Resta pactuado entre as partes a possibilidade do trabalho do comerciário(a) em geral, inclusive, empregados dos supermercados, dos estabelecimentos comerciais integrantes do Condomínio do Valle Shopping, em todos os feriados compreendidos durante o ano de 2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA HORA EXTRA NO FERIADO – O trabalho do comerciário em geral, inclusive, empregados dos supermercados, dos estabelecimentos comerciais integrantes do Condomínio do Valle Shopping, será remunerado com o valor de **R\$ 100,00 (cem reais)**, a ser pago obrigatoriamente em espécie, no final do expediente, mediante recibo, acrescido da concessão de folga compensatória.

CLÁUSULA 9ª – DO TRABALHO DO COMERCÍARIO AOS DOMINGOS – O trabalho aos **DOMINGOS** no comércio de Amargosa, inclusive, nos supermercados, será remunerado com adicional de **100% (cem por cento)**, sobre o valor da hora normal, sendo obrigatoriamente em espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O comerciário (a) não poderá laborar mais de **02 (dois) domingos** por mês. Sejam intercalados ou consecutivos.

3



CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADICIONAL NOTURNO - O trabalho noturno prestado no período compreendido entre 22:00 horas e 05:00 horas do dia seguinte será remunerado com o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o valor da hora normal, inclusive, para quem trabalha na jornada de 12X36 ou em regime de tempo parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica convencionado que na jornada de 12x36, o trabalho realizado a partir das 22:00 horas e até às 05:00 horas do dia seguinte é considerado noturno e será remunerado com o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), calculado sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em conformidade com o inciso I da Súmula 60 e da Súmula 172 do TST, o adicional noturno, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), e as horas extras pagas com habitualidade compõem a remuneração do empregado para cálculo do repouso semanal remunerado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A transferência do empregado para a jornada de trabalho diurna implica na perda do adicional noturno, conforme preceitua a Súmula 265 do TST.

PARÁGRAFO QUARTO: Os empregados que trabalham na jornada de 08 (oito horas) diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais receberão o adicional noturno previsto no caput da presente cláusula sobre a extensão ou prorrogação da jornada noturna que ultrapassar as 05 (cinco) horas da manhã, independentemente se a extensão for decorrente de horas extras ou horário pré-fixado em contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: Em qualquer hipótese deverá ser observada a hora ficta noturna, nos termos do art. 73, § 1º da CLT.

CLÁUSULA 10ª - DO COMERCÁRIO ENTREGADOR, MONTADOR E FUNÇÕES SIMILARES - O comerciário dos estabelecimentos comerciais do Condomínio do Valle Shopping que desempenha a função de entregador, montador e outras similares, quando estiverem no exercício das atividades de entrega de mercadorias e montagem de móveis, fora da sede do Município de Amargosa ou nesta, mas que não disponibilizarem de condições de usufruírem de horário para almoço, deverão receber o valor de R\$ 15,00, (quinze reais), para custear a refeição, em razão do deslocamento.

CLÁUSULA 11ª - DOS DIRIGENTES SINDICAIS - As empresas que tiverem nos seus quadros, empregados que sejam dirigentes sindicais deverão:

A - Licenciar apenas um por empresa, três vezes por ano, para participar de cursos e seminários até 05 (cinco) dias, desde que a empresa seja comunicada com antecedência mínima de uma semana, de segunda a sábado.

B - Liberar um dirigente da executiva por empresa, um dia por mês, para ficar à disposição do Sindicato, sem prejuízos dos salários desde que comunique a empresa com antecedência, não coincidindo com seu dia de folga.

CLÁUSULA 12ª - DA HOMOLOGAÇÃO DOS TRCTs - Resta pactuado entre as partes que, a homologação dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho, TRCT's,

4



dos ex-empregados das empresas do comércio em geral, da cidade de Amargosa, que contarem com mais de **01(um)** ano de vínculo empregatício, abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, poderá ocorrer no **Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Amargosa, SINTRACAM.**

CLÁUSULA 13ª – DA RESCISÃO/HOMOLOGAÇÃO – A rescisão do Contrato de Trabalho será regida pelos seguintes princípios:

A – As empresas se obrigam a realizar o pagamento das verbas rescisórias dos empregados demitidos, em conformidade com o **Art. 477, seus parágrafos e alíneas da CLT**, e ainda, entregar aos demitidos, carta de referência, quando tiver direito.

B – Desde que o retardamento não seja decorrente de culpa do trabalhador, a empresa que não efetuar o pagamento das verbas rescisórias até o **10º décimo dia**, pagará a este a multa do **Art. 477 da CLT**, mais multa diária de **01 (um) dia de salário** se a inadimplência persistir **após 30 (trinta) dias** do afastamento definitivo. Ficará prorrogado pelo mesmo número de dias em que o Sindicato não funcionar para esse fim, em cumprimento ao que manda a lei.

C - No ato de homologação da Rescisão do Contrato de Trabalho, caso o empregador(a), juntamente com o(a) empregado(a), escolham homologar as verbas rescisórias na Sede do Sindicato Laboral, apresentará além dos documentos exigidos através da **Instrução Normativa Nº 15 de 14 de Julho de 2010, do MTE**, os seguintes: **ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL-ASO; CARTA DE REFERENCIA; GUIAS COMPROBATÓRIAS DAS CONTRIBUIÇÃO DEVIDAS AS ENTIDADES SINDICAIS LABORAL E PATRONAL.**

CLÁUSULA 14ª – DO DIA DO TRABALHADOR COMERCÍARIO – Conforme instituído pela **Lei 13.790/2013**, o **Dia do Comerciarío é 30 de outubro** de cada ano. Entretanto, para os empregado do Condomínio do Valle Shopping, bem como para o comerciarío em geral, inclusive, dos supermercados, que trabalham nos estabelecimentos comerciais integrantes do Condomínio do Valle Shopping, ocorrerá a permuta do dia do Comerciarío para uma folga no dia do aniversário do empregado(a), garantido os salários, para todos os efeitos legais, inclusive o repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA 15ª – DA MULTA - Fica estipulada a quantia de 01 (um) **PISO SALARIAL** referido na Cláusula Terceira, para o caso de descumprimento de quaisquer umas das obrigações contidas nesta **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, sendo revertida á parte prejudicada. Se a Cláusula descumprida causar prejuízo à Entidade Sindical dos Empregados ou se for de natureza social a multa aqui prevista reverterá em favor da referida Entidade Obreira. Em qualquer circunstância a multa aqui preceituada será em **dobro para os casos de reincidência**, tanto quando cobrada através de Ação de Descumprimento pelo Sindicato quanto de ação individual pelo empregado, conforme estabelecida no **Parágrafo Único logo abaixo.**

CLÁUSULA 16ª – DO COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE SALÁRIOS - Toda empresa independente do número de empregados é obrigada a fornecer

5



Contracheque ao seu empregado, no ato do pagamento, discriminando o quanto percebido de verba remuneratória mensalmente, como hora extra, aumento salarial e demais verbas ou descontos, vedada a substituição do mesmo por extrato bancário, batizado por algumas empresas de "Contracheque".

CLÁUSULA 17ª – DO DESCONTO INDEVIDO – E vedado o desconto no salário dos empregados seja individual ou rateado, de mercadorias eventualmente desaparecidas, roubadas ou danificadas por terceiros, salvo na ocorrência de dolo do empregado devidamente comprovado.

CLÁUSULA 18ª – DO INTERVALO PARA ALMOÇO – Fica assegurado o intervalo para almoço de 1h00 (uma hora e trinta minutos), no mínimo e no máximo 02h00 de intervalo, respeitando a jornada diária normal.

CLÁUSULA 19ª – DO PRAZO PARA DEVOLUÇÃO DA CTPS – A CTPS recebida pelo empregador para anotação deverá ser devolvida ao empregado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de pagamento de mais uma multa equivalente a 10% do Salário Mínimo, por descumprimento desta cláusula.

CLÁUSULA 20ª – DO REGISTRO NA CTPS – Nos termos da lei, todo e qualquer empregado deverá ser registrado a partir do 1º (primeiro) dia no emprego, sob pena do empregador sofrer as penalidades desta Convenção Coletiva e legais previstas na CLT.

CLAUSULA 21ª – DA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS – Será assegurado a todo empregado a realização de exames médicos nas condições abaixo descritas:

A – ADMISSIONAL – No ato da contratação;

B – PERIÓDICOS – De acordo com o PCMSO;

C – PREVENTIVOS – No mínimo a cada seis meses para todos os empregados submetidos a condições de trabalho perigosas ou insalubres, e sujeitos as doenças profissionais;

D – DEMISSIONAL – O ato de comunicado do Aviso Prévio da despedida, deverá ser acompanhado com a notificação ao empregado da realização dos exames pré-demissionais, habilitadores da aquisição do Atestado de Saúde Ocupacional, (ASO), devendo a cópia do mesmo acompanhar a Rescisão do Contrato de Trabalho.

CLÁUSULA 22ª - DA INSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL EM FAVOR DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE AMARGOSA-SINTRACAM – Fica INSTITUÍDA a Contribuição Assistencial do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Amargosa, que será descontada dos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, não sindicalizados a título de Contribuição Assistencial, conforme prerrogativas conferidas aos Sindicatos pelo Artigo 513, alínea "E", da CLT, após autorização coletiva prévia e expressa aprovada em Assembleia Geral Extraordinária.



PARÁGRAFO 1º - DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E EXPRESSA DOS EMPREGADOS NO CONDOMÍNIO DO VALLE SHOPPING, BEM COMO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS INTEGRANTES DO REFERIDO SHOPPING PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO – As porcentagens a serem aplicadas para desconto da Contribuição Assistencial em favor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Amargosa, será em valor equivalente a 1,7% (Um vírgula sete por cento), do menor Piso da Categoria disposto na Clausula 3ª desta Convenção Coletiva de Trabalho, nos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2022, ficando os Empregadores dispensados do recolhimento relativo aos meses de janeiro e fevereiro deste ano, excepcionalmente, em razão do fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho estar ocorrendo no mês de fevereiro de 2022. Somente será permitido o desconto da Contribuição Assistencial aqui em questão após autorização prévia, expressa e coletiva do empregado aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de toda categoria comerciária, respeitando o que determina o Artigo 513, alínea "E", da CLT. Os empregados do Condomínio do Valle Shopping, bem como dos Empregados nos estabelecimentos comerciais integrantes do referido Shopping terão o prazo de 10 dias para exercer o seu direito de oposição ao desconto em seus salários a contar da data da assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

ALÍNEA A: Neste ano de 2022, será devido o desconto nos meses de **janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro** deste mesmo ano, ficando os Empregadores dispensados do recolhimento relativo aos meses de janeiro e fevereiro deste ano, excepcionalmente, em razão do fechamento da Convenção Coletiva estar ocorrendo no mês de fevereiro de 2022.

PARÁGRAFO 2º - DO COMERCIÁRIO (A) ASSOCIADO (A) AO SINDICATO - A Contribuição Assistencial prevista no caput da Cláusula logo acima, não será devida pelo empregado associado ao Sindicato. Pois este, já paga mensalmente a Contribuição Associativa estatutariamente obrigatória;

PARÁGRAFO 3º - DO RECOLHIMENTO - Os valores deverão ser recolhidos até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto, na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, através de formulário próprio fornecido pela Entidade beneficiária;

PARÁGRAFO 4º - DO PRAZO PARA COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO - A empresa tem até 10 (Dez) dias após a efetivação do depósito da Contribuição Assistencial (dos empregados e patronal) estabelecida nesta Convenção, para enviar aos Sindicatos (Obreiro e Patronal) cópia de comprovante da quitação, bem como a relação nominal dos empregados com os respectivos valores descontados e recolhidos.

PARÁGRAFO 5º - DA PENALIDADE POR DESCUMPRIMENTO – No caso de descumprimento do prazo estabelecido na Cláusula logo acima, o valor será corrigido com uma penalidade diária de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), sem prejuízo da multa geral prevista nesta Convenção.





PARÁGRAFO 6º – DA CONDICIONALIDADE - Em caso de qualquer demanda judicial que, através de sentença transitada em julgado, reconheça como procedente o pedido de devolução de descontos efetuados nos salários referentes a contribuição assistencial, instituída por força do quanto previsto nesta Convenção Coletiva, o ônus de tal indenização será de exclusiva responsabilidade do Sindicato obreiro, visto o empregador ser apenas mero repassador dos recursos oriundos da Contribuição Assistencial aqui convencionada.

CLÁUSULA 23ª – DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA – Fica estabelecida a **CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA** na porcentagem de **2% (dois por cento)** do Menor Piso do Empregado desta categoria estabelecida na **Clausula 3ª** desta Convenção Coletiva de Trabalho para os trabalhadores sindicalizados, assim como o desconto e repasse nos termos do Art. 8º da Constituição Federal, art. 545 e Art. 611-B, inciso XXVI, da CLT.

CLÁUSULA 24ª – DOS TURNOS – Os estabelecimentos que funcionam ou que venham a funcionar, eventualmente, além do horário normal como: supermercados e farmácias manterão escala de revezamento de trabalho, desde que não ultrapasse às **44 horas** semanais, respeitando o intervalo para almoço e ou/ mantendo turno de 6 ou 8 horas. As empresas deverão fixar a escala em local visível.

CLÁUSULA 25ª – DO AJUSTE DE ESTOQUE – Quando da realização de ajuste de estoque ou inventários, em jornada superior de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, o funcionário, que efetivamente trabalhar, fará jus ao recebimento de horas extras, além de direito a lanches e refeições.

CLÁUSULA 26ª – DA CONCESSÃO DAS FÉRIAS – A escala de férias será elaborada com a participação dos empregados que junto com a empresa, decidirão sobre a época da concessão. A concessão de férias ao empregado será participada por escrito pelo empregador, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias cabendo a esse assinar a respectiva comunicação.

PARÁGRAFO 1º - DA REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS – O empregado perceberá durante as férias a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão, mais o correspondente a 1/3 do salário de férias, juntamente com media de hora extra, adicional, comissões e seus reflexos.

PARÁGRAFO 2º - DO DIA DO INÍCIO DAS FÉRIAS – O início das férias, coletivas ou individuais, não poderá coincidir com domingo, feriado ou dia de compensação de repouso remunerado.

PARÁGRAFO 3º - DA FORMA DE PAGAMENTO DAS FÉRIAS – O empregador não tem o direito de reter ou dividir os valores referentes às férias, para o empregado receber no retorno, o pagamento deverá ser no ato da saída.

CLÁUSULA 27ª – DO COMERCÍARIO ESTUDANTE – As empresas incentivarão e facilitarão o acesso do **comerciário** ao ensino, (**1º GRÁU, 2º GRÁU** ou **SUPERIOR**), bem como em dias de **avaliações, (ESCRITAS, PRÁTICAS** ou **ORAIS)**, poderão liberar os comerciários estudantes **2h00 horas** antes do seu horário normal de



saida, sendo compensado este horário mediante acordo entre o trabalhador e empresa.

CLÁUSULA 28ª – DO DESCONTO NO TRCT - As empresas obrigatoriamente não farão desconto no TRCT relativos às faltas ocorridas na vigência do Contrato de Trabalho nas férias indenizadas, conforme determina lei.

CLÁUSULA 29ª – DO FORNECIMENTO DE UNIFORMES - As empresas na medida em que exijam, fornecerão gratuitamente 02 (dois) uniformes por ano, sendo os funcionários responsáveis pela conservação dos mesmos.

CLÁUSULA 30ª – DA SEGURANÇA E MEDICINA: As empresas manterão água potável, instalações sanitárias, extintor de incêndio e demais normas de segurança e higiene no trabalho conforme a lei 6514/77, dec. 3214/78.

CLÁUSULA 31ª – DO ATESTADO MÉDICO - Ficam validados os Atestados Médicos emitidos por profissionais médicos de planos de saúde ou particulares.

CLÁUSULA 32ª – DA INDENIZAÇÃO DE AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL – O acréscimo de 3 (três) dias ao Aviso Prévio por cada ano de serviço, ou seja, proporcional ao tempo de serviço previsto no Parágrafo Único do art. 1º, da Lei 12.506/2011, será sempre indenizado em favor **exclusivamente do empregado**, ficando vedada qualquer uma outra interpretação.

CLÁUSULA 33ª – DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA - Com exceção dos empregados que pedirem demissão ou dispensa ou que forem dispensados por justa causa, assegura-se estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes:

A – DA GESTANTE - Desde a confirmação da gravidez até 90 (noventa) dias após o término da licença previdenciária, mas em conformidade com Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008;

B – DO PRÉ - APOSENTADO - Nos 12 (doze) últimos meses que antecedem a data de aquisição do direito à aposentadoria voluntária;

C – DO EGRESSO DO INSS POR ACIDENTE DE TRABALHO OU DOENÇA OCUPACIONAL – Conforme determina o Art. 1148 da Lei 8.213/91.

CLÁUSULA 34ª DO ASSÉDIO MORAL – Caso algum empregado (a) que labora nas empresas da cidade de Amargosa abrangida por esta Convenção Coletiva seja vítimas de práticas caracterizadoras do **ASSÉDIO MORAL**, as mesmas pagarão além da Multa Normativa já prevista neste Instrumento Coletivo de Trabalho, mais uma indenização equivalente a **03 (três) Pisos Salariais** a título de danos morais.

CLÁUSULA 35ª – DO ABONO DE FALTAS PARA LEVAR FILHO OU DEPENDENTE PREVIDENCIÁRIO AO MÉDICO – Fica assegurado ao empregado das empresas no comércio de Amargosa/BA, inclusive, os de supermercados, abrangidas por esta Convenção Coletiva, o direito de ausência remunerada e sem prejuízo nas férias, com finalidade exclusiva de levar o **filho ou dependente previdenciário ao médico**, assim como também, poder acompanhar durante internamento hospitalar do mesmo. A comprovação



deverá ser feita mediante Atestado de acompanhante onde constará a identificação do mesmo e horário do comparecimento.

CLÁUSULA 36ª – DO REFORÇO NA AMAMENTAÇÃO - Fica desde já pactuado entre as Entidades convenientes que toda comerciária que labora no comércio de Amargosa/BA, após o retorno da licença previdenciária, terá direito a redução de 1h00 de sua jornada de trabalho, durante o período de 6 (seis) meses, com o objetivo exclusivamente de amamentar a criança, conforme preceituado no Art. 396 da CLT.

CLAUSULA 37ª – DO SEGURO DE VIDA - As empresas deverão fazer em favor de seus empregados um seguro de vida em grupo, ficando ressalvadas as empresas que já possuem seguros dessa natureza, sendo responsáveis por seu pagamento, tendo como beneficiário aqueles legalmente identificados junto ao INSS. Deverão ser observadas as seguintes coberturas mínimas:

a) R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) Morte: Garante ao (s) beneficiário(s) o pagamento do capital segurado contratado em caso de morte do segurado, por causa natural ou acidental devidamente coberta, respeitadas todas as cláusulas e condições deste seguro;

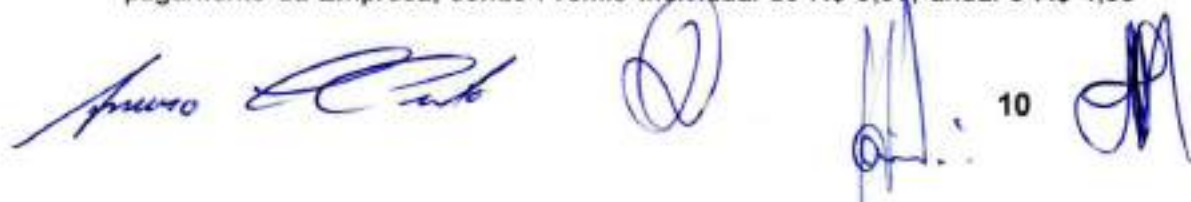
b) R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) IPA – Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente: Garante o pagamento de indenização ao segurado, nas hipóteses e nos graus estabelecidos na tabela que integra as condições do seguro, proporcional ao valor do capital segurado contratado para esta cobertura, caso haja a perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física insuscetível de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, causada por acidente pessoal devidamente coberto nos termos deste contrato de seguro;

c) R\$ 1.200,00 de Cesta Básica (CBA): No caso da morte do segurado principal, decorrente de evento coberto, será pago ao Beneficiário o valor referente a cesta básica contratada. Se existirem mais de um beneficiário designado, o valor será pago durante o período compreendido, para aquele que deter a maior participação na distribuição do capital pelo segurado. Caso a participação na indenização for igual entre si, será rateado o valor acordado em moeda corrente do país;

d) R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) Assistência Funeral Titular (Morte natural ou acidental): Garante, em caso de morte do segurado, apresentação de serviços de assistência funeral ou o reembolso das despesas realizadas com o seu funeral, até o valor do capital contratado.

e) A Seguradora indicada pelo SINTRACAM para contratação do seguro será a Porto Seguros Cia de Seguros Gerais, com contratação exclusiva através da Corretora Meire Nalva Neris dos Santos

***IMPORTANTE*: PRÊMIO MÍNIMO** - O prêmio mínimo mensal será R\$ 35,00 (trinta e cinco reais). O seguro terá custo conforme a programação de pagamento da Empresa, sendo Prêmio Individual de R\$ 3,51, anual e R\$ 4,05





mensal.

As empresas que optar por boleto anual poderá dividir o valor total em quatro parcelas, sendo que o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)

As empresas também poderão optar por pagamento através de débito em conta.

As empresas terão o prazo de 30 dias úteis a partir da assinatura desta CCT para enviarem as documentações de implantação para o sindicato, através do e-mail sintracam@gmail.com

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA PARA IMPLANTAÇÃO DO SEGURO
PROPOSTA SEGURO DE VIDA ASSINADA PELO RESPONSÁVEL
CONTRATO SOCIAL
COPIA RG RESPONSÁVEL
RELAÇÃO DE FUNCIONARIOS COM NOME CPF E DATA DE NASCIMENTO

CLÁUSULA 38ª - DO DESCONTO PARA CONVÊNIO - As empresas obrigatoriamente descontarão do salário dos seus empregados valores para custeio de Convênios, quando por eles utilizado e autorizado. Posteriormente repassarão para o Sindicato segundo instrução deste último.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas, quando solicitadas pelo Sindicato Obreiro ou por empregados interessados, poderão firmar **convênio bancário** para viabilizar empréstimos com **desconto consignado em folha de pagamento, com base no § 1º, art. 4º da lei 10.820/2003.**

CLÁUSULA 39ª - DO CONVÊNIO ODONTOLÓGICO - Ficam as empresas obrigadas a fechar convênios Odontológicos, desde que seja autorizado pelo empregado sendo indicados pela entidade sindical o SINTRACAM, respeitando as normas da ANS (Agencia Nacional de Saúde), e tendo em vista em fazer uma cotação de um plano acessível e de menor valor para os trabalhadores da empresa. A operadora escolhida pelo sindicato é a ODONTO S.A.

PARÁGRAFO 1º - Os trabalhadores que aderirem ao plano pagará 100% (Cem por Cento) do plano e o valor integral dos seus dependentes.

PARÁGRAFO 2º - Os trabalhadores filiados/associados ao sindicato dos empregados de Amargosa e região terão direito ao valor do plano odontológico com descontos diferenciados dos trabalhadores que não são filiados/associados.

PARAGRÁFO 3º - Garantir cobertura nos municípios do estado da Bahia onde houver associados adimplentes e ativos, e garantir os procedimentos de urgência e emergência em território nacional através do sistema de reembolso, de acordo com cláusulas contratuais próprias da operadora do plano e considerando a legislação e as coberturas constantes no rol mínimo da ANS.

PARAGRÁFO 4º - Fica acordado as partes que todas as empresas abrangidas no presente instrumento coletivo deverão encaminhar ao sindicato conveniente, no prazo de 10 (dez) dias, as seguintes documentações: contrato social, CNH ou RG do proprietário, cartão CNPJ; para confecção do termo aditivo "MINUTA DO



CONTRATO para conhecimento e desconto em folha do funcionário que aderir o plano.

CLÁUSULA 40ª – DO CARTÃO DE COMPRAS - Fica acordado que o SINTRACAM contratará empresa especializada para prestação de serviços na modalidade de fornecimento de Cartão de Compras em substituição aos adiantamentos salariais, vales ou venda direta pela empresa aos empregados, para todos os empregados representados no presente Instrumento, na forma abaixo discriminada.

PARÁGRAFO 1º - Fica o empregado responsável, exclusivamente, pelos pagamentos decorrentes dos gastos efetuados com o referido cartão, sendo certo que os trabalhadores não terão ônus de sua expedição, elaboração ou taxa de administração, restringindo-se ao pagamento das compras efetivas, tudo em observância da Súmula 342 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

PARÁGRAFO 2º - A utilização do Cartão de Compras pelo empregado não acarretará quaisquer ônus financeiros para o Sindicato Profissional e também para os empregadores.

PARÁGRAFO 3º - Fica limitado o valor dos descontos, estabelecido no parágrafo 1º, em 30% (trinta por cento) do salário normativo acrescido dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, de cada trabalhador.

PARÁGRAFO 4º - O valor utilizado pelo trabalhador será objeto de desconto integral, na primeira remuneração subsequente a emissão da fatura expedida pela administradora do Cartão de Compras, com observância da Súmula 342 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

PARÁGRAFO 5º - Ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, do empregado associado ao respectivo Cartão de Compras, ficam as empresas autorizadas a efetuar, integralmente, os descontos do saldo devedor no ato da sua rescisão de contrato de trabalho.

PARÁGRAFO 6º - O empregado poderá a qualquer momento solicitar a adesão ao Cartão de Compras.

CLÁUSULA 41 – DO BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR - As Entidades Sindicais Convenentes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar abaixo definido pelas entidades convenentes e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenentes.

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar iniciará a partir de **10/01/2022** e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e com expresso consentimento das entidades convenentes, as empresas, recolherão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando **a partir de 10/03/2022**, o valor total de **R\$28,00 (vinte e oito reais)**, por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. O custeio do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, respondendo o empregador, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto – Os valores porventura não contribuídos pelo empregador serão devidos e passíveis de cobrança judicial e/ou extrajudicial, acrescidos de multa, juros e



13



demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser caráter social, emergencial e de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA EMPREGADORES, TRABALHADORES E ENTIDADES

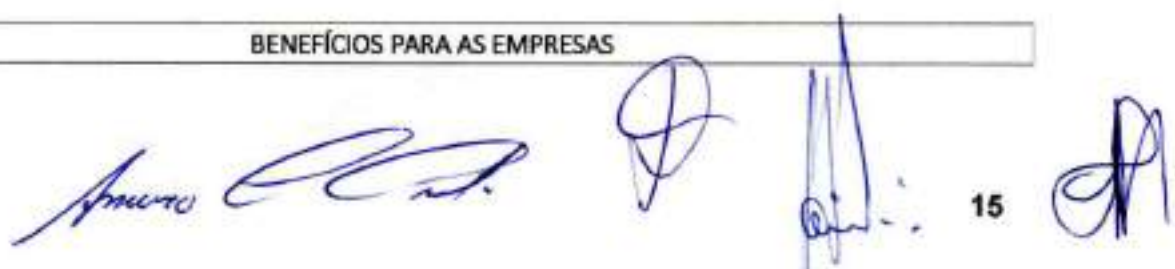
BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES			
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 700,00	SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, COM O INTUITO DE BANCARIZAR A FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS E FACILITANDO A UTILIZAÇÃO DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 200,00	SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR

14

BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 2.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIADO, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ORGÃO DE CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	6X	R\$ 800,00	SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER USADO POSTERIORMENTE PELO TRABALHADOR, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS. TAL BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DO MESMO.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	6X	R\$ 200,00	SERÁ ENCAMINHADO À RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA, ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE, FICANDO VEDADO O PAGAMENTO EM DINHEIRO OU VALES/ TICKET ALIMENTAÇÃO, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$ 3.500,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.

BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO
CONSULTA MÉDICA ONLINE	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO AOS TRABALHADORES E FAMILIARES APLICATIVOS REGULAMENTADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM O OBJETIVO DE OFERECER CONSULTAS MÉDICAS ONLINE COM UM CLÍNICO GERAL SEM CUSTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL E DESBUROCRATIZADO.

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS



BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO	1X	R\$ 2.000,00	EM CASO DE FALECIMENTO OU INVALIDEZ PERMANENTE PARA O TRABALHO, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.
BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	ASSESSORIA MENSAL SEM UNIDADE MÓVEL		<p>FIÇARÁ DISPONÍVEL ÀS EMPRESAS, REDE CREDENCIADA DE CLÍNICAS E LABORATÓRIOS PARA A OBTENÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS SEM NENHUM CUSTO, COMO, O PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL) PARA A MATRIZ E SEDE DA EMPRESA, E EXAMES CLÍNICOS (ASO – EXAMES ADMIS-SIONAIS, DEMISSIONAIS, PERIÓDICOS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO); RELATÓRIO ANUAL MODELO E-SOCIAL; SUPORTE JURÍDICO PARA ELABORAÇÃO DE QUESITOS TÉCNICOS EM CASO DE RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS; ALÉM DO ARQUIVAMENTO E COORDENAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E CLÍNICA IMPRESSA OU DIGITAL POR 20 (VINTE) ANOS, BEM COMO, CONCEDENDO DESCONTOS SIGNIFICATIVOS NAS DESPESAS COM EXAMES COMPLEMENTARES, COMO, HEMOGRAMA COMPLETO, ELETROENCEFALOGRAMA, ELETROCARDIOGRAMA, AUDIOMETRIA, ACUIDADE VISUAL, ESPIROMETRIA, PPRA, LTCAT, E DEMAIS LAUDOS TÉCNICOS EXIGIDOS PELAS NORMAS REGULAMENTADORAS DO M.T.E. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO), ATRAVÉS DE UM SIS-TEMA DE GESTÃO ON-LINE, ACESSO À REDE NACIONAL DE CLÍNICAS E LABORATÓRIOS CREDENCIADOS.</p>
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.
BENEFÍCIO TRIAGEM DE ATESTADO	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.








BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL PAGO PELAS ENTIDADES	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS EMPREGADORES CERTIFICADOS DIGITAIS SEM CUSTOS, PROPORCIONANDO ECONOMIA E COMODIDADE DEVIDO A POSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO.
---	-----	--

BENEFÍCIOS PARA AS ENTIDADES		
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO QUALIFICAÇÃO	SIM	TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR A QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SEGMENTO, ATRAVÉS DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES GERIDOS PELAS ENTIDADES.
BENEFÍCIO GESTÃO E COBRANÇA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE DE COBRANÇA E GESTÃO PARA ACOMPANHAR O FIEL CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA
BENEFÍCIO CONECTA ENTIDADES	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS ENTIDADES POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO DONATIVO	SIM	TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR O FORNECIMENTO DE ALIMENTOS, SERVIÇOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELAS ENTIDADES EM PROL DO SEGMENTO
BENEFÍCIO MAPEAMENTO DE BASE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS ENTIDADES UM SISTEMA ON-LINE QUE PERMITIRÁ VISUALIZAR E MAPEAR AS EMPRESAS DO SEGMENTO ATRAVÉS DO SISTEMA DE GPS, VISANDO COMPARAR A QUANTIDADE DE EMPRESAS DO SEGMENTO COM SUAS EMPRESAS ASSOCIADAS.
BENEFÍCIO SUPERVISÃO DE CCT	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA QUE AS ENTIDADES POSSAM SUPERVISIONAR O CORRETO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA, COM A OBTENÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES.
BENEFÍCIO CERTIFICADO DE REGULARIDADE SINDICAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA QUE AS ENTIDADES POSSAM CENTRALIZAR O RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS DE REGULARIDADE SINDICAL.
BENEFÍCIO APOIO JURÍDICO	SIM	TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR E QUALIFICAR O CORPO JURÍDICO DAS ENTIDADES.
BENEFÍCIO PROGRAMAS SOCIAIS	SIM	TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR FORMAS PARA QUE A ENTIDADE POSSA PROPORCIONAR UM MELHOR CONVÍVIO SOCIAL AOS SEUS REPRESENTADOS.
BENEFÍCIO AJUDA DE CUSTO AOS CONTADORES	SIM	TEM COMO OBJETIVO REMUNERAR AS EMPRESAS CONTÁBEIS PELO TEMPO E MATERIAIS UTILIZADOS PARA O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Assuno    17 



BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (ENTIDADE)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.
--	-----	--


CLÁUSULA 42ª – DA INDENIZAÇÃO ADICIONAL CONFORME ARTIGO 9º DA LEI 7.238 DE 29.10.1984 – Em conformidade com o art. 9º da lei 7.238 de 29/10/1984, o empregado dispensado sem justa causa no período de 30 (trinta) dias que antecede a Data Base de sua correção salarial, terá direito à indenização adicional equivalente a 01 (um) salário mensal;


CLÁUSULA 43ª - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADOS - A Contribuição Sindical dos empregados prevista nos artigos 578 a 610 da CLT, na forma da lei, será equivalente a 01 (um) dia de salário de cada empregado, onde deverá ser descontado no mês de março de cada ano, e o seu devido recolhimento até o dia 30 de abril de cada ano, mediante autorização prévia, expressa e individual.


CLÁUSULA 44ª – DA DATA BASE E VIGÊNCIA – Fica mantida a Data Base da categoria comerciária da cidade de Amargosa abrangida por esta Convenção Coletiva Trabalho será 1º (primeiro) de janeiro, vigorando esta, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2022 a 31 (trinta e um) de dezembro de 2022.

Amargosa/BA, 04 de maio de 2022.


SALES E FILHOS PARTICIPAÇÕES LTDA
VALLE SHOPPING


Sindicato dos trabalhadores no Comércio de Amargosa-SINTRACAM
Presidente
JOSÉ CARLOS DE JESUS PIRES
CPF: 009.284.255-09


Dr. ADRIÃO BARBOSA
Advogado do SINTRACAM
OAB/BA 29.846


Dr. ARNALDO DOS SANTOS JUNIOR
Advogado do SINTRACAM
OAB/BA 40.814